

# Movimento feminista em rede: análise do blog e do *Facebook* “Lugar de Mulher”

Daniele Ferreira Seridório<sup>1</sup>  
Douglas Alves Graciano<sup>2</sup>  
Eduardo Magalhães<sup>3</sup>  
Guilherme Henrique Vicente<sup>4</sup>  
Josiane de Cássia Lopes<sup>5</sup>

## Resumo

O conceito de movimentos sociais em rede surgiu para explicar o fenômeno de apropriação das tecnologias de informação e comunicação pelos movimentos sociais como novo meio de organização. Atualmente, a rede é ambiente para informação, disseminação de novas pautas, construção coletiva de reivindicações e até de manifestação. Este trabalho tem como objetivo entender e analisar como o movimento feminista usa essas ferramentas de comunicação. Para isso, usamos a metodologia de coleta sistemática de categorias e análise quantitativa para analisar o blog “Lugar de Mulher” e a página na rede social *Facebook* do referido *website* por cinco dias. Nossos resultados mostraram que, apesar do potencial de ferramenta digital para o movimento social, o “Lugar de Mulher” não efetiva ações no mundo *offline* e tem interações limitadas com os usuários que participam do debate proporcionado no espaço digital.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais em rede; Movimentos sociais; Movimento Feminista; “Lugar de Mulher”.

## Networked Feminist Movement: “Lugar de Mulher” blog and Facebook page analysis

### Abstract

The concept of Network Social Movements explains the appropriation of communication and information technologies by social movements. The digital network is a space to spread information, to the collective construction of vindications and even manifestation. This paper aims to understand and analyse how the feminist movement uses these communication tools. To achieve that, we used the quantity methodology to analyse the blog “Lugar de Mulher” and the *Facebook* page of this blog during five days. Our results showed that, even though this website could be used as a digital tool for the movement, the blog “Lugar de Mulher” does not construct actions in the offline space and has limited interactions with users that participate in the debate the occurs in the digital space.

**Keywords:** Networked Social Movements; Social Movements; Feminist Movement; “Lugar de Mulher”.

## Introdução

A expressão “movimentos sociais em rede” (CASTELLS, 2013) expressa a transformação que vem ocorrendo na ação dos movimentos sociais em razão da

---

<sup>1</sup> Mestranda em Comunicação na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela mesma instituição. E-mail: seridorio@gmail.com

<sup>2</sup> Mestrando em Comunicação na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: douglas.graciano@hotmail.com

<sup>3</sup> Graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). E-mail: edsmaga@gmail.com

<sup>4</sup> Mestrando em Comunicação na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela mesma instituição. E-mail: henriqueguilherme4@gmail.com

<sup>5</sup> Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade do Sagrado Coração (USC). E-mail: josianeclopes@hotmail.com

apropriação das tecnologias de informação e comunicação. A internet e as redes sociais digitais são apropriadas e utilizadas como ferramentas de comunicação, de organização de protestos e como uma plataforma para atingir novos públicos, estratégias que antes se restringiam à cobertura jornalística da mídia tradicional, à circulação de conteúdo produzida pelo próprio movimento e às manifestações de rua. Além disso, os integrantes e manifestantes passaram a usar dispositivos móveis – celulares, *smartphones*, *tablets* – nas manifestações para registro das atividades, assim furam o filtro de cobertura da mídia tradicional, criando sua própria narrativa do ato, e também se protegendo, já que munidos de uma câmera leve, com conexão móvel, os manifestantes têm uma “arma” de denúncias contra a repressão policial.

Contudo, nem todas as possibilidades que surgiram com a internet e com as tecnologias de informação e comunicação são apropriadas em total potencialidade, já que além de existirem barreiras para a inclusão digital, a apropriação e o modo com que os cidadãos usam essas ferramentas vão determinar os resultados atingidos. O acesso à internet não garante o uso da rede para reivindicações, inclusive Castells (2013) argumenta que os movimentos sociais devem usar a internet como forma de construção de redes, contudo, a ocupação do espaço público ainda é necessária para a publicidade do grupo e para a mudança social. Deste modo, defendemos que cabe a alguns setores dos movimentos que têm mais afinidade com tecnologias criar plataformas de comunicação nesses meios e utilizá-las para fins de informação, interação, organização e manifestação, ampliando a estratégia de ação do movimento.

Este trabalho tem como objetivo compreender as convergências e as possibilidades de ação para os movimentos sociais que surgiram com as redes sociais digitais. Para isso, primeiramente delimitamos qual movimento social estudaríamos, e optamos pelo movimento feminista, já que teve grande destaque na pauta da internet no ano de 2015. Escolhemos mais especificamente como objeto empírico o blog “Lugar de Mulher”, que se autodenomina feminista. Optamos por essa página, pois o blog não permite comentários, o que seria uma desvantagem frente às possibilidades interativas da internet, então, percebemos que para verificar como as autoras utilizam as potencialidades da rede, também deveríamos analisar a página do blog na rede social *Facebook*.

A metodologia consistiu-se na análise de conteúdo pela coleta sistemática e quantitativa de categorias pré-delimitadas. A partir da análise de conteúdo delimitamos categorias capazes de verificar como as autoras utilizam o blog para

discussão de pautas do movimento feminista, buscamos as seguintes informações: tema da postagem; autora da postagem; número de publicações por dia; e presença de imagens, *gifs*, vídeos ou áudios. Na página do *Facebook* delimitamos categorias que nos mostrariam o engajamento quantitativo do público; o que nos levou a registrar as seguintes informações: postagens por dia; fonte da postagem (se provém do próprio website ou de outro); número de curtidas comentários e compartilhamento por postagem; presença de comentários ofensivos. Como recorte temporal selecionamos o período entre primeiro a cinco de julho, já que assim registraríamos as atividades do início do mês considerando a primeira semana; também definimos horário, assim registraríamos as atividades do dia, as páginas foram acessadas a cada dia às 10 horas e depois às 22 horas.

A nossa análise nos permitiu concluir que apesar de ter surgido na internet, o “Lugar de Mulher” não efetiva ações no mundo *offline* e tem interações limitadas com os usuários que comentam e participam do debate proporcionado no espaço digital. Contudo, as páginas têm papel informativo e alcance considerável, atingindo mais pessoas com a causa feminista.

## **1 Movimento Social e Movimento Feminista**

Movimento social é toda uma ação conjunta, que diante de uma visão coletiva de mundo se objetiva, por meio de uma organização, de uma ideologia e de um projeto, podendo ocorrer mudanças ou a conservação das relações sociais na sociedade. Por isso, eles servem para a libertação das opressões, proporcionando a formação de uma sociedade modificada (SILVEIRA, 2000).

De acordo com Picolotto (2007), o movimento social no modelo clássico (europeu) se destaca devido às contribuições de Karl Marx, um dos mais importantes ideólogos nas teorias dos movimentos sociais no século XIX, estabelecendo uma relação entre a ação política dos movimentos sociais, pois os estudos marxistas não são apenas uma teoria explicativa, mas entendidos com uma teoria que fundamenta a ação dos movimentos.

As contribuições de Marx estabeleceram a “relação entre a teorização e ação política através do conceito de *práxis social*. Esta foi entendida como a transformação do social” (PICOLOTTO, 2007, p. 157).

[...] ao trabalhar o conceito de *práxis*, articula a atividade prática a atividade prática (ação do movimento) e a teórica (concepção do movimento) num conjunto unitário, voltando-se para o objetivo da transformação social. Assim sendo, o marxismo

aplicado ao estudo dos movimentos sociais foi entendido não apenas como uma teoria explicativa, mas como uma teoria que fundamenta a própria ação deste movimento (PICOLOTTO, 2007, p. 57).

Assim, os movimentos sociais com uma perspectiva marxista são centrados na análise dos processos históricos globais, ou seja, nas lutas de classes (burguesia e proletariado) no processo de produção. Para Picolotto (2007), o modelo clássico ressalta o papel da violência e da coerção como método de luta, pois o uso da força é notado como uma forma de controle de quem detém o poder, tendo como referências a esse método a Revolução Russa e a Revolução Francesa.

Dessa forma, os movimentos sociais na perspectiva marxista identificam uma necessidade de organização que se relacione ao interesse de classe, buscando uma construção de uma consciência de classe, uma ideologia para que ocorra uma transformação social (PICOLOTTO, 2007).

Para Gohn (2011b), analisar os paradigmas dos movimentos sociais e suas teorias implica abordar duas questões: o que afinal de contas é um movimento social e quais são as teorias a seu respeito. Diferentemente de outros conceitos, a definição de movimento social apresenta significado variado de acordo com a concepção teórico-metodológica que se adota e com o contexto político e social de determinado local. Além disso, a não diferenciação de ações coletivas de movimentos sociais propriamente ditos dificulta ainda mais definições categóricas do termo (GOHN, 2011b), que muitas vezes é usado para classificar indiscriminadamente qualquer tipo de associação civil (GOSS; PRUDENCIO, 2004). Ademais, comparar definições nem sempre é possível, como afirma Melucci:

Os movimentos sociais são difíceis de definir conceitualmente e há várias abordagens que são difíceis de comparar. Os vários autores tentam isolar alguns elementos empíricos dos fenômenos coletivos, mas como cada autor acentua elementos diferentes, dificilmente se pode comparar definições (MELUCCI, 1989, p. 54-55).

Até o começo do século XX, o conceito de movimento social contemplava apenas as organizações de trabalhadores em sindicatos. A partir de então, com a consolidação do campo de estudo da Sociologia, e em especial desde a década de 60, as definições do conceito de movimento social passaram a ganhar consistência, principalmente com o francês Alan Touraine, que defende a primazia da sociologia no estudo dos movimentos sociais (GOSS; PRUDENCIO, 2004).

Atualmente, grande parte das definições faz alguma diferenciação entre movimento social e ação coletiva, seja ela qual for. Para Tarrow (1983 *apud* MELUCCI, 1989) existem *movimentos* (como forma de organização de massa), *organização de protesto* (como forma de organização social) e *eventos de protesto* (como forma de ação). Melucci (1989, p. 55) se pergunta como saber se existe um movimento atrás de um protesto, então, ele critica o uso amplo do termo “movimento”, que “parece chamar toda forma de ação política não institucional como movimento social. A palavra movimento tem o perigo de se tornar sinônimo de tudo o que muda na sociedade”.

Eu defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Estas dimensões permitem que os movimentos sociais sejam separados de outros fenômenos coletivos (delinquência, reivindicações organizadas, comportamento agregado de massa) que são, como muita frequência empiricamente associados com ‘movimentos’ e ‘protestos’. Além disso, os diferentes tipos de movimentos podem ser avaliados de acordo com o sistema de referência da ação. O que nós costumeiramente chamamos de movimento social muitas vezes contém uma pluralidade destes elementos e devemos ser capazes de distingui-los se quisermos entender o resultado de uma dada ação coletiva (MELUCCI, 1989, p. 57).

Gohn (2011a), por sua vez, encara os movimentos sociais como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas da população se organizar e expressar suas demandas. Essas formas adotam diversas estratégias, que variam da simples denúncia até ações diretas, como marchas, protestos e distúrbios (GOHN, 2011a). Além disso, a autora elenca uma série de características que seriam próprias dos movimentos sociais, diferenciando-os, por exemplos, de organizações não governamentais e de associações civis:

Definições já clássicas sobre os movimentos sociais citam como suas características básicas o seguinte: possuem identidade, têmpositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade. Historicamente, observa-se que têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência. Não são só reativos, movidos apenas pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão); podem surgir e desenvolver-se também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência. Na atualidade, apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. Hoje em dia, suas ações são pela sustentabilidade, e não apenas

autodesenvolvimento. Lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos. Há neles uma ressignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade. A igualdade é ressignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; a liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não individual, mas autonomia de inserção na sociedade, de inclusão social, de autodeterminação com soberania. Finalmente, os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais (GOHN, 2011a, p. 336-337).

Também é possível conceituar os movimentos sociais através de outras disciplinas, que não a Sociologia. Um exemplo disso são os estudos de Psicologia Social voltados para tentar entender os movimentos sociais. Para a Psicologia Social, estes têm sido entendidos como resultantes dos esforços de determinadas pessoas em resolver coletivamente problemas que elas têm em comum em reação a um estado mental de insatisfação (JESUS, 2012). Além disso, pode-se entender os movimentos de grupos historicamente oprimidos como um fenômeno psicossocial que promove o fortalecimento de identidades sociais degradadas e a reconstrução de grupos discriminados, além de constituir uma movimentação na defesa de ideologias (JESUS, 2012).

Cabe destacar também o deslocamento apontado por alguns autores dos movimentos sociais para os “novos movimentos sociais”. Os primeiros estavam inseridos numa sociedade industrial, onde as relações predominantes eram basicamente as patronais. Na América Latina, a isso se acrescia uma realidade com grandes demandas materiais e falta de acesso a direitos básicos, além da presença de regimes ditatoriais. Isso fazia com que os movimentos sociais se organizassem em torno de pauta reivindicatórias e estivessem em constante conflito com o Estado e com as classes superiores. De acordo com Goss e Prudencio (2004), a partir da década de 1990 esse cenário muda, com a emergência do que Touraine chama de sociedade pós-industrial, e a assimilação por parte da população da reivindicação de direitos básicos e a implementação deles por parte do Estado (vide a Constituição brasileira de 1988). A partir de então, os movimentos sociais passam a mudar suas estratégias e a assumir pautas em nome da coletividade que tratam dos direitos humanos, da ecologia e da discriminação, inclusive a de gênero (GOSS; PRUDENCIO, 2004), e as reivindicações de gênero passam a fundamentar o que

chamamos de movimento feminista.

Pinto (2010, p. 15) coloca que o movimento feminista tem uma característica particular frente aos outros movimentos sociais; “é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria”. Adotaremos neste artigo um resgate histórico sobre as lutas que marcaram o movimento feminista brasileiro, citando, assim, algumas pautas de reivindicação.

No Brasil, com a proclamação da república em 1889 os movimentos de mulheres passaram a se organizar em torno dos direitos políticos, o movimento sufragista começava a tomar forma a partir do argumento de que o acesso à educação daria às mulheres plenas capacidades participativas – a educação é condição fundamental para a participação política, destacada, inclusive por atores contemporâneos.

Enfatizou-se na imprensa feminina da época que, se algo já havia sido feito no sentido de propiciar às mulheres melhores condições intelectuais – no Brasil, as meninas passaram a poder frequentar as escolas elementares a partir de 1827, e a educação superior, a partir de 1879 – dever-se-ia acrescentar, naquele momento, a possibilidade do exercício político (PRADO; FRANCO, 2013, p. 210).

Nas primeiras décadas do século XX o movimento sufragista se organizava em associações, procuravam jornais e revistas para publicarem suas reivindicações e ainda faziam pronunciamentos públicos (SOIHET, 2013). “Berta Lutz, a grande líder sufragista brasileira, aglutinou um grupo de mulheres da burguesia para divulgar a demanda” (BLAY, 2001, p. 605).

Contudo, se o foco pareciam ser os direitos políticos, dentro das fábricas o movimento de mulheres também era intenso, com reivindicações de melhores condições de trabalho, salário e higiene. Inclusive, os jornais operários relatavam denúncias de assédio sexual no ambiente de trabalho (BLAY, 2001). Essa divulgação, contudo, não gerou opinião pública favorável à mulher operária e ainda mostrou uma cisão dentro do próprio movimento de mulheres, pois, segundo Blay (2001, p. 606), as militantes de classes mais altas “partilhavam a imagem generalizada de que operárias eram mulheres ignorantes e incapazes de produzir alguma forma de manifestação cultural”.

Em 1932, um decreto estabeleceu o voto feminino, dois anos mais tarde esse direito foi incluído no artigo 108 da Constituição de 1934 (SOIHET, 2013). Com direitos políticos garantidos, faltava às mulheres conquistarem espaço no debate

político e na esfera pública. Pedro (2013, p. 240) afirma que a partir da década de 1970 o Brasil passava por um acelerado processo de urbanização, o que ajudou a levar às mulheres para o espaço público. “Entre outros, a presença feminina aumentou nas universidades e nos empregos formais. Os rostos femininos também eram nítidos nas manifestações de rua, como comprovam as fotos dos jornais da época”.

Nesse momento, Pedro (2013) situa que as mulheres passaram a se encontrar em grupos de consciência, ou grupos de reflexão, onde compartilhavam suas histórias e vivência, a partir de uma metodologia chamada pela autora de “linha da vida”. É particularmente interessante ao nosso trabalho que as mulheres estruturavam esses grupos e a comunicação entre eles de maneira reticular, pois recorda a estrutura de rede social que foi apropriada pelas redes sociais digitais. “Para cada reunião, as componentes deveriam trazer outras participantes. Quando o grupo ultrapassasse 24 pessoas, seria dividido, formando novos grupos. A proposta era forjar uma rede” (PEDRO, 2013, p. 241).

Nesses encontros as mulheres conversavam sobre sexualidade, sua relação com os homens – maridos e pais –, experiências de aborto e de menstruação, e também as vezes que se sentiam desrespeitadas ou prejudicadas por serem mulheres (PEDRO, 2013, p. 244). Então, perceberam que as relações da vida privada são fruto da sociedade, e adotaram o slogan difundido internacionalmente pelos grupos feministas: “O pessoal é político” (PEDRO, 2013).

Esse lema reforça a ideia de que as discussões na esfera pública devem também contemplar aspectos que seriam considerados da vida privada, já que o bem comum nem sempre é orientado a questões públicas. O movimento das mulheres articula, então, política com vida cotidiana. “A mulher emergir da esfera privada para reivindicar na esfera pública também torna-se visível na esfera social, onde os limites entre o público e o privado tornam-se confusos” (SOARES, 2013, p. 343).

Na ditadura militar os espaços de livre expressão de demandas ficaram mais restritos. “Com tantas mazelas políticas e sociais, havia muito mais a fazer para além de combater o machismo ou defender a liberdade sexual da mulher, por exemplo. Aqui as feministas se posicionam contra o patriarcado, mas também foram impedidas de assumir outras lutas” (PEDRO, 2013, p. 251-252).

Com a redemocratização e com a Constituição de 1988, os movimentos de mulheres e feminista alcançaram várias conquistas, principalmente na atuação do “lobby do batom” na constituinte (CORTÊS, 2013, p. 263). Lage e Nader (2013, p.



301) afirmam que o “*lobby do batom*” foi o grupo organizado da sociedade civil que mais aprovou reivindicações no texto constitucional, cerca de 80%.

Mais recentemente, a formulação e a aprovação da Lei Maria da Penha contou com participação política ativa das mulheres. “Um grupo de seis entidades feministas reuniu-se em um consórcio e, durante dois anos, discutiu e elaborou uma minuta do que seria uma lei adequada de combate à violência doméstica” (WOLFF, 2013, p. 277). Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (LAGE; NADER, 2013), que foi dissolvida, em 2015, no recém-criado Ministério de Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

Ademais das demandas, o movimento feminista foi caracterizado por alguns autores a partir de fases nas quais adotavam determinado viés. Em sua análise sobre o movimento feminista norte-americano e europeu Nancy Fraser (2007) atrela – inicialmente – o movimento feminista aos ideais de esquerda e delimita três ondas. A primeira, de redistribuição, tem forte caráter social e político, e além de questões feministas como sexualidade, trabalho e reprodução, também reivindica igualdade social.

Ao lado de seus camaradas de outros movimentos, os feminismos dessa era modificaram o imaginário político. Transgredindo uma cultura política que privilegiava atores que se colocavam como classes definidas nacional e politicamente domesticadas, eles desafiaram as exclusões de gênero dentro da social-democracia. Problematizando o paternalismo do Estado do bem-estar social e a família burguesa, os feminismos expuseram o profundo androcentrismo da sociedade capitalista (FRASER, 2007, p. 295).

A autora identifica na segunda onda um momento de abandono da redistribuição e de adoção do foco na questão do reconhecimento. O reconhecimento era a partir das diferenças geradas pelos gêneros, subordinando a luta política à luta cultural, o que, segundo a autora não foi a intenção inicial do movimento, mas consequência histórica devido à retomada das ideias neoliberais (FRASER, 2007).

Mesmo nos seus melhores momentos, as teorias tenderam a permanecer no terreno do reconhecimento, onde a subordinação era construída como um problema cultural e dissociado da economia política. O resultado foi ter nos deixado sem defesa contra o fundamentalismo do livre-mercado, que tinha se tornado hegemônico (FRASER, 2007, p. 297).

A terceira onda identificada por Nancy Fraser (2007) tem característica transnacional. Segundo a autora, as feministas perceberam que ações de decisões de Estados nacionais podem ter consequências além de suas fronteiras geográficas, além da importância da opinião pública, “que flui com supremo desprezo por fronteiras através dos meios de massa globais e da cibertecnologia” (FRASER, 2007, p. 303).

Assim sendo, podemos falar em uma globalização do movimento feminista, na qual pautas ultrapassam fronteiras, como por exemplo, a pressão internacional para que países que permitem a mutilação genital feminina proíbam a prática, ou a atenção da mídia mundial para o estupro coletivo de uma estudante na Índia.

A autora aponta o papel dos meios de comunicação e da internet para esse processo. Eles são o suporte de visibilidade das pautas, mas também podem se configurar como meios de ativismo e de reunião, como veremos mais adiante.

Adrião, Toneli e Maluf (2011) colocam uma situação em que um debate do movimento iniciou-se na rede e foi levado para a assembleia do “10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe”, realizado em 2005, em São Paulo. Para poder participar do encontro era preciso se autoidentificar como mulher e feminista, então, a comissão passou a receber *emails* de transgêneros que desejavam participar. Esses emails se espalharam pelas redes do movimento e a comissão preferiu levar a pauta para discussão no encontro, e dependendo do resultado, permitir transgêneros no 11º encontro (ADRIÃO; TONELI; MALUF, 2011).

Essa análise nos permite concluir que, no caso latino-americano a condição para participar do encontro do movimento feminista envolve identidade e reconhecimento, mas não é associado às questões políticas colocadas na primeira onda de Fraser (2007). Adrião, Toneli e Maluf indicaram que, naquele momento, a discussão centrava-se, principalmente, na busca de legitimidade para se incluir na esfera do movimento, e o que une e separa as mulheres – a igualdade, a diferença, a pluralidade e a diversidade – sobre as quais, afirmam:

As duas primeiras acompanham os dilemas históricos, os quais o movimento percorreu e ainda percorre rumo à equidade nas relações de gênero. As demais fazem parte da ampliação do espaço interno do movimento com relação às identidades de sujeito político e agregação de outras desigualdades, como as de raça etnia, geração, sexualidade (ADRIÃO; TONELI; MALUF, 2011, p. 662).

Por fim, é importante delinear a importância das marchas e dos encontros para o movimento feminista, já que eles representam o momento de ocupação do espaço público, e constroem “verdadeiras cidades de mulheres” (ADRIÃO; TONELI; MALUF, 2011, p. 665). Ademais, para as participantes “estar em um encontro é marca de participação, é crédito, cartão de iniciação e fortalecimento de uma (ou muitas) identidade(s) feminista(s)” (ADRIÃO; TONELI; MALUF, 2011, p. 662).

Nos anos 1990 com a popularização do microcomputador e do acesso à internet, a plataforma de comunicação e de ação dos movimentos sociais expandiu-se para além dos panfletos e da rua. Cunhou-se a expressão “Movimentos Sociais em Rede”, principalmente após a Primavera Árabe e das Jornadas de Junho de 2013, no Brasil. Então, compreender a dinâmica dos espaços digitais é fundamental para delimitar e estudar a ação dos movimentos sociais na rede.

## **2 Movimento feminista e internet**

A internet é um espaço que encontra diversas formas de representação, de indivíduos agrupados e com diversos interesses, constituindo assim, um ambiente para movimentos sociais em rede, que possibilita uma ampla disseminação de ideias e busca construir discussões diante das interações que vão sendo estabelecidas.

Os seres humanos criam significado interagindo com ambiente natural e social, conectando suas redes neurais com as redes da natureza e com redes sociais. A constituição de redes é operada pelo ato da comunicação. Comunicação é o processo de compartilhar significado pela troca de informação. Para a sociedade em geral, a principal fonte de produção social de significado é o processo da comunicação socializada (CASTELLS, 2013, p. 15).

Os movimentos sociais produziram diversos objetivos e valores diante das transformações que ocorreram na sociedade, criando, assim, novas formas de organização social. A comunicação e a expansão da internet nas últimas décadas são um espaço para que os atores sociais exerçam uma nova relação de poder e estabelece uma autonomia em relação às instituições (CASTELLS, 2013).

Para Castells (2013), a internet sem fio fez com que os movimentos se espalhassem e tivessem uma rápida difusão de imagens e ideias, pois quanto mais ágil e interativo for o processo de comunicação maior será o processo de ação coletiva.

Historicamente, os movimentos sociais dependem da existência de mecanismos de comunicação específicos: boatos, sermões, panfletos, e manifestos passados de pessoa a pessoa, a partir do púlpito, da imprensa ou por qualquer meio de comunicação disponível. Em nossa época, as redes digitais, multimodais, de comunicação horizontal, são veículos mais rápidos e mais autônomos, interativos, reprogramáveis e amplificadores de toda a história. As características dos processos de comunicação entre indivíduos engajados em movimentos sociais determinam as características organizacionais do próprio movimento: quanto mais interativo e autoconfigurável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo o movimento. É por isso que os movimentos sociais em rede da era digital representam uma nova espécie em seu gênero (CASTELLS, 2013, p. 23-24).

Dessa forma, segundo Castells (2013), com as transformações tecnológicas na era digital, as formas de participação e interação sofreram mudanças e possibilitaram a formação de espaços de apropriação de conteúdos, de geração e multiplicação de acontecimentos, construído dentro e fora das redes. O uso da internet relacionado às discussões de gênero amplia a quantidade de informações que podem ser vistas de diferentes formas, interligando a presença de toda carga social e cultural em nossas vivências.

As manifestações estabelecidas pelo movimento feminista têm na internet uma ferramenta de extrema importância, pois o movimento pode potencializar suas ideias e demandas de uma forma mais fácil e ágil, criando redes que ligam as atoras que pela materialidade dos computadores e de dispositivos digitais acabam autônomas frente à cobertura midiática na construção de narrativas e identidade. No ambiente digital, as manifestantes podem apresentar formas mais tensas ocasionadas pela autonomia que o indivíduo estabelece nesse terreno, aonde pode falsificar uma identidade virtual (BERNARDES, 2014).

De acordo com Bernardes (2014), a internet tem sido um campo em expansão de significado para a luta pelos direitos das mulheres, ou seja, para lhe dar voz. Entretanto, o que ainda tem sido disseminado neste meio é a demasiada exposição ao corpo e o conseqüente apelo sexual. Esta exibição dita os padrões de beleza valorados pela mídia e influencia no processo de representação social das identidades das mulheres. Neste sentido, segundo Neely (2012) tal processo de vinculação da imagem da mulher como objeto sexual nos diferentes meios de comunicação configura-se como um entrave para o alcance da igualdade de gênero e, além disso, tem naturalizado a pornografia como elemento que constitui a cultura popular.

Os movimentos sociais na internet expandem quando ocorre um diálogo entre online e o off-line, pois é preciso sair do virtual e ir para o espaço público. As relações sociais entre indivíduos, grupos e movimentos da sociedade ligados à internet podem transformar as relações construídas e aceitas culturalmente, sendo que as tecnologias de comunicação são um campo onde ocorrem significativas mudanças (CASTELLS, 2013).

Nessa perspectiva, a internet tem se tornado um espaço para que os movimentos sociais usem a informação mediante suas práticas sociais e construam suas identidades. Assim sendo, ocorre uma dependência de materiais simbólicos formados pela internet, pois esses materiais contribuem para uma nova forma de interação social. Além disso, características em rede da internet são fundamentais para guiar esse processo de apropriação dos movimentos sociais.

### **3 O “Lugar de Mulher”**

O *website* “Lugar de mulher” é mantido por três autoras – Ana Paula Barbi (Polly), Clara Averbuck e Mari Messias – e registrado no domínio [www.lugardemulher.com.br](http://www.lugardemulher.com.br). O blog pode ser ligado ao movimento feminista logo pelo nome e subtítulo “Lugar de Mulher - é onde ela quiser”, que reforça a ideia de autonomia e de conquista do espaço público pelas mulheres, bandeira do movimento feminista. A própria descrição criada pelas autoras reforça a ideia de utilizar o blog como plataforma para mostrar que outras pautas são possíveis para o público feminino, para que as mulheres se libertem do padrão estético e social a elas imposto pela sociedade. Na descrição, as autoras afirmam que criaram o *website*, pois estavam cansadas de *sites* para mulheres com “dicas de como secar barriga, como se vestir para agradar homem, como decorar suas casas com itens caríssimos, como ser poderosa em 12 lições”<sup>6</sup>.

As atualizações não possuem uma periodicidade, e além da autoria das três fundadoras, frequentemente o *website* publica texto de colaboradas. As publicações são divididas em seis editorias: maneiras; libertinagens; bonitezas; querelas; prendas; e entretém. Os melhores textos publicados no primeiro ano do *website* foram lançados em forma de livro, intitulado “Lugar de mulher é onde ela quiser”.

Para atingir o objetivo proposto pelo artigo escolhemos como objeto empírico o blog “Lugar de Mulher”. A escolha se deu principalmente pelo fato do

---

<sup>6</sup> Fonte: <http://lugardemulher.com.br/sobre-nos/>

blog não permitir comentários, bloqueando assim a interatividade com a leitora. Partimos da hipótese que as autoras não vislumbram o blog como uma plataforma de interação, mas de informação, não aproveitando as possibilidades oferecidas pela internet para os movimentos sociais. As autoras também mantêm páginas em redes sociais onde as leitoras podem interagir com elas ou com outras usuárias, por isso vimos que a página do *Facebook* poderia ser o local onde o grupo interagiria no sentido de formar uma rede.

As autoras mantêm três redes sociais ligadas ao *website*: uma página no *Facebook* (<https://www.facebook.com/mulherdelugar>), um perfil no *Twitter* (<https://twitter.com/mulherdelugar>) e uma conta no *Instagram* (<https://instagram.com/mulherdelugar/>), sendo que os mais frequentemente atualizados são *Facebook* e *Twitter*, normalmente para divulgar conteúdo publicado no *website*. Cada autora também mantém uma conta pessoal, dissociada do *website*.

O *website* não possui anunciantes fixos, os *banners* de publicidade são do *Google Ads*, ferramenta que coloca propagandas pagas para o *Google* e são definidas a partir do histórico de navegação do usuário.

#### 4 Resultados e Discussão

Os dados coletados foram sistematizados em gráficos, tabelas e em imagens da tela<sup>7</sup>. A partir da análise dos resultados esperávamos responder às seguintes perguntas:

- 1) Há moderação na página do *Facebook*?
- 2) Das possibilidades interativas entre movimentos sociais e usuários disponíveis na internet, quais são as alcançadas pelo *website* e pela página no *Facebook* do “Lugar de Mulher”?

A observação do blog e da página do *Facebook* ocorreu duas vezes por dia em cada dia de análise, geralmente às 10 da manhã e às 10 da noite. Quando algum conteúdo novo foi notado, seu conteúdo foi copiado por meio de captura de telas. Entre os dias 1º e 5 de julho de 2015 foram percebidas três novas postagens no blog, duas delas foram de autoria de colaboradoras e uma foi assinada por Clara Averbuck, cocriadora do “Lugar de Mulher”.

Os três *posts* publicados no blog no período abordaram diferentes temas dentro do movimento feminista. No dia 1º, o *post* divulgado tinha o título “Somos

---

<sup>7</sup> Captura da imagem das postagens e dados necessários.

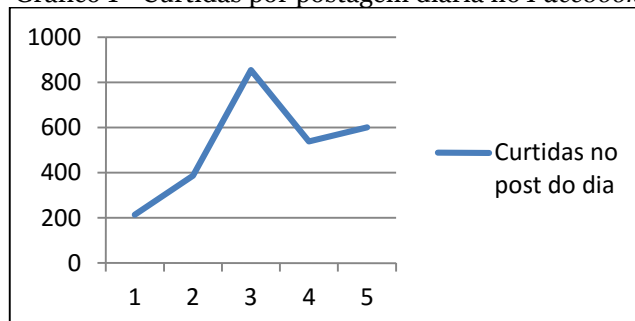
as novas bruxas – e a culpa é da fogueira que nos destrói”, que foi assinado por Aline Xavier, uma colaboradora. O texto abordava a opressão gerada pela constante culpabilização das mulheres perante a sociedade nas mais diversas situações.

O dia 2 de julho, segundo dia de observação, passou sem novas postagens. No dia 3 de julho, no entanto, foram dois novos *posts*. Um deles se chamava “5 dicas de estilo (e de vida!) das maravilhosas do *Advanced Style*” e mostrava uma série de fotos de idosas em uma espécie de editorial de moda, ressaltando a importância da representatividade dessa parcela da sociedade. Esse texto foi assinado por Bruna Holderbaum, também uma colaboradora.

O outro *post* desse terceiro dia de análise foi o que mais gerou repercussão e discussão nos comentários da página do *Facebook*. Diferentemente dos outros, o texto “Redução da maioria penal por causa de estupros? Balela” foi assinado por Clara Averbuck, uma das criadoras do blog. No *post*, Clara aponta a incoerência do pensamento de quem alega que a redução da maioria penal seria uma maneira de coibir os estupros. Para a autora, muitos dos deputados que votaram a favor da redução da maioria não se importam realmente com as mulheres. O texto foi ao ar menos de dois dias depois de a Câmara dos Deputados ter aprovado, em primeiro turno, a redução da maioria penal de 18 para 16 anos e em alguns crimes específicos, entre eles o estupro.

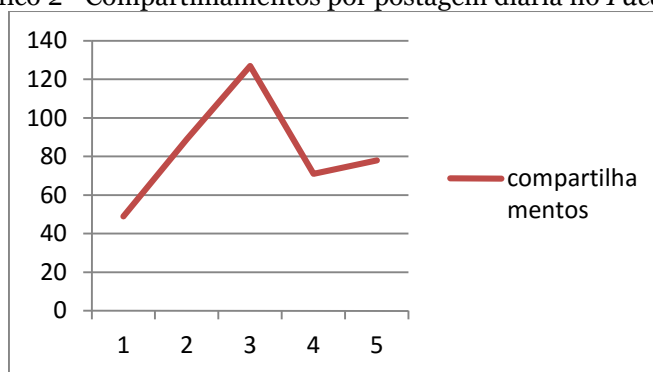
Os dias 4 e 5 de julho não trouxeram novas postagens, limitando nossa análise aos três textos em questão. Como o blog não aceita comentários, analisamos a interação com usuários na página do *Facebook*. As tabelas e gráficos abaixo sintetizam os resultados encontrados.

Gráfico 1 - Curtidas por postagem diária no *Facebook*



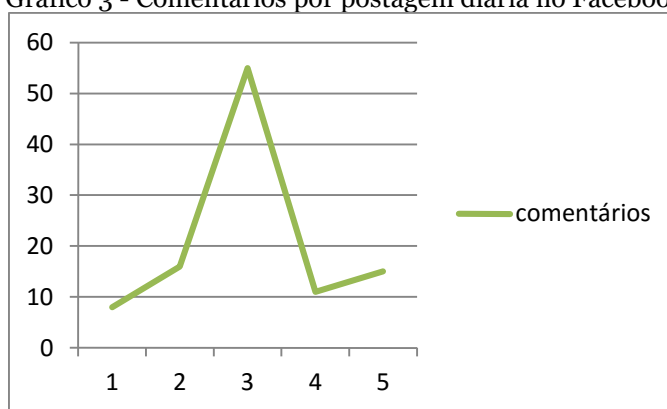
Fonte: autoria própria/2015

Gráfico 2 - Compartilhamentos por postagem diária no *Facebook*



Fonte: autoria própria/2015

Gráfico 3 - Comentários por postagem diária no *Facebook*



Fonte: autoria própria/2015

Como é possível observar nos gráficos, o terceiro dia de análise fugiu do padrão de número de comentários no *Facebook* e de número de postagens no blog - dois novos *posts* no blog. Um deles, que tratava sobre beleza e autoestima na terceira idade, foi de autoria de uma colaboradora. A postagem com o *link* do texto no blog foi feita no *Facebook* às 15:07. Até às 22 horas do dia da análise esse *post* havia reunido 61 curtidas, 2 compartilhamentos e 3 comentários.

O outro *post* do terceiro dia de análise, o de Clara Averbuck, foi o que mais destoou dos demais. Isso ocorreu devido ao tema do texto publicado. O *post* no *Facebook* com o *link* do texto foi ao ar à 00:33 do dia 3. Ao final da análise do dia, por volta das 22 horas, a postagem tinha 793 curtidas, 125 compartilhamentos e 52 comentários, número bem maior que o registrado nos outros dias da análise.

Além dos números, o que chamou a atenção nessa publicação foi a violência de alguns comentários, discordando do conteúdo do texto e, em alguns momentos, promovendo abertamente discursos de ódio (figuras 1 e 2). A questão da redução da maioria penal gerou comentários bastante acalorados em quase todos os fóruns de debate e na internet essa tensão é extrapolada. No entanto, é interessante



notar como muitas das pessoas que acompanham a página, cujo foco é o ativismo feminista, passam a discordar quando outra pauta de reivindicação (a não redução da maioria penal) é posta em debate. Esses comentários mostram que talvez essas mulheres simpatizem com a causa feminista, mas não se sintam totalmente identificadas com ela ou ainda, que, diante da diversidade de linhas de pensamento presentes entre as correntes do feminismo, algumas delas achem que a redução da maioria penal seja realmente a solução para a diminuição da violência urbana.

Figura 1 - Análise dia 3 – comentários no *Facebook* Lugar de Mulher



Fonte: facebook.com/mulherdelugar/2015

Figura 2 - Análise dia 3 – comentários 2 *Facebook* Lugar de Mulher



Fonte: facebook.com/mulherdelugar/2015

Nesse *post* foi possível perceber também a única interação entre as administradoras da página e os comentários (figura 3). Além disso, o número de interações de pessoas do sexo masculino foi bem maior do que o de costume. Por volta das 22 horas, eram 3 compartilhamentos, 9 curtidas e 5 comentários por parte de homens. Isso se pode se dever ao fato de que a não redução da maioria penal seja uma pauta “transversal”, ou seja, que atinge toda a sociedade.

Figura 3 - análise dia 3 - interação no *Facebook* Lugar de Mulher

Fonte: facebook.com/mulherdelugar/2015

Na análise foi possível perceber que, pelo menos nos cinco dias de composição de amostragem, não houve moderação nos comentários na página do *Facebook*, mesmo que alguns comentários tenham sido ofensivos. Além disso, como o blog não aceita comentários, o *Facebook* seria o espaço de interação das autoras com os internautas, contudo, somente no segundo dia da análise uma autora colaboradora respondeu aos comentários postados no *Facebook* do “Lugar de Mulher”, usando o seu perfil na mesma rede social. Já as autoras fundadoras do *website* se posicionaram frente à polêmica do texto sobre a maioria penal no *Facebook* do “Lugar de mulher” no terceiro dia de análise, porém a partir de suas páginas pessoais.

Quanto aos horários e às frequências de postagens, não há uma periodicidade. Durante a verificação foram realizadas quatro postagens, sendo uma da autora do *blog* e três de colaboradora externas. As postagens foram realizadas em sua maioria entre o fim da tarde e início da madrugada. Referente ao número de curtidas elas estão entre 300 e 600, o que representa algo em torno de 1% do total de inscritos na página do *Facebook* (60 mil). O que pode ser notado é que a utilização do *blog* e do *Facebook* servem de plataforma de divulgação e não de engajamento.

O dia de maior interação ocorreu quando o assunto foi Maioridade Penal, tema que estava em ebulição naquele período por conta da votação no Congresso Nacional. Percebe-se que este não é um assunto que inicialmente estaria na pauta do *blog*. No entanto, o texto escrito por uma das autoras relacionou o assunto para temas que são discutidos na página, como estupro e legalização do aborto e que foram comentados nas postagens do *Facebook*.

## **Considerações finais**

A conceituação do termo “movimento social” é múltipla nas distintas áreas do conhecimento, sua compreensão envolve questões de contexto sociopolítico em que ele surge, de suas ações e das formas de organização. Então, quando os movimentos sociais apropriaram-se das redes sociais digitais para se propagarem surgiu uma nova complexidade teórica e conceitual.

A estruturação em rede da internet e suas características de cibercultura e construção coletiva do conhecimento são potencialmente férteis para os objetivos dos movimentos sociais. Movimentos que, inclusive, eram dependentes da estruturação em redes da sociedade antes mesmo do advento digital.

Todo esse potencial, contudo, nem sempre é aproveitado. Em nossa análise foi possível concluir que a possibilidade da internet mais utilizada pelo movimento analisado é sua face informativa, principalmente no *blog*. Não há espaço para comentários, funcionando apenas um replicador de artigos das autoras e colaboradoras, o que limita a construção coletiva do conhecimento, pois ela fica restrita às autoras e às colaboradoras. As pautas e as propostas encontram no *website* um canal para a divulgação e propagação das propostas das autoras.

O caráter participativo encontra eco e efeito no *Facebook*, onde os comentários são liberados, não censurados e por vezes mediados. Nota-se que as bandeiras levantadas pelas autoras, principalmente sobre as questões feministas, propiciam o debate e a discussão de assuntos.

Não há organização de manifestações em rua, contudo, um interessante movimento do on-line para o off-line ocorreu, o *blog* deu origem a um livro. Então, a ação em rua fica restrita às prateleiras das livrarias, onde as autoras vão buscar alcançar outros públicos.

Contudo, é importante frisar que o *blog* buscou tratar de outros temas que não são intimamente ligados ao feminismo, como a redução da maioridade penal, seguindo a linha proposta por Nancy Fraser de resgatar um elo político dentro do movimento. Inclusive, essa publicação foi a mais debatida entre os usuários,

mostrando que essa característica do movimento ainda precisa ser muito discutida.

Em ambientes onde as conexões sem fio e os dispositivos móveis estão mais presentes, o acesso às informações ocorre em qualquer lugar e a qualquer momento. Isso permite que este ou aquele usuário, mais do que acessar a informação, torne-se também, um participante do processo. Nesse sentido, o ativismo on-line pode surtir efeito individual de um autêntico ativista da causa, já que o usuário faz parte do que ele entende como processo de manifestação.

As informações e os debates repercutem por meio de diferentes telas, estão dentro dos lares e nas mãos dos simpatizantes das causas sociais. Uma temática que se origina nos ideais de um grupo, ganha corpo e forma no mundo virtual, conquista adeptos com o compartilhamento de informações, que estão em diferentes lugares. A temática pode até mesmo tomar as ruas, ampliando a participação e ganhando maior visibilidade, ou ainda, restringir-se ao ambiente virtual, tendo engajamento limitado.

## Referências

ADRIÃO, Karla G.; TONELI, Maria J. F.; MALUF, Sônia W. O Movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 661-681, set.-dez. 2011.

BERNARDES, Marcia. **Uma reflexão inicial sobre feminismo na internet: gênero e corpo**. In: Congresso internacional comunicação e consumo, 2014.

BLAY, Eva Alterman. 8 de março: conquistas e controvérsias. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 601-607, 2. sem. 2001.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança** – movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CORTÊS, Inês Ramalho. A Trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 260-285.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007.

GOHN, Maria da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, maio-ago. 2011a.

GOHN, Maria da G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2011b.

GOSS, Karine P.; PRUDENCIO, Kelly. O Conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 75-91, 2004.

JESUS, Jaqueline G. de. Psicologia social e movimentos sociais: uma revisão contextualizada. **Psicologia e Saber Social**, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 163-186, 2012.

LAGE, Lana; NADER, Maria B. Da Legitimação à condenação. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 286-312.

MELUCCI, Alberto. Um Objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 49-66, 1989.

NEELY, Sarah. Making bodies visible. Post-feminism and the pornographication of online identities. In: GUNKEL, David; GOURNELOS, Ted. (Eds.). **Transgression 2.0. Media, culture and the politics of the digital age**. New York: Continuum, 2012. p. 101-117.

PEDRO, Joana M. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 238-259.

PICOLOTTO, Everton L. Movimentos sociais: abordagens clássicas e contemporâneas. **CSOnline - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF**, Juiz de Fora, ano I, ed. 2, p. 156-177, 2007.

PINTO, Céli R. J. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 16, p. 15-23, 2010.

PRADO, Maria L.; FRANCO, Stella S. Participação feminina no debate público brasileiro. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 194-217.

SILVEIRA, Ricardo de J. Os Movimentos sociais. In: TOMAZI, Nelson D. (Org.). **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atual, 2000. p. 221-233.

SOARES, Vera. Percepções e atitudes: ser mulher na participação política. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Sesc SP, 2013. p. 333-352.

SOIHET, Rachel. A Conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 318-237.

WOLFF, Cristina S. Amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 423-446.

Texto enviado em: 10/08/2015  
Aceito em: 11/01/2016